



Anais da Assembléia

Nº 49

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 1982.

ANO VIII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 42.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 1982

(QUINTA-FEIRA)

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1982.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, usando de suas atribuições regimentais, REQUEREM, a consignação de voto de pesar pelo falecimento do Senhor PEDRO FRANÇA ALBUQUERQUE, ocorrido em data de ontem, na Rodovia próximo à cidade de Palmeira - PR.

Vítima de lamentável acidente automobilístico, o Senhor PEDRO FRANÇA ALBUQUERQUE, veio a falecer, deixando a sociedade de Janiópolis - PR, consternada, onde exercia atividades comerciais e, também ocupava o cargo de Presidente do PDS, bem como ocupou o cargo de Prefeito Interino de Janiópolis. Pessoa muito querida e bem relacionada, além de pertencer a uma das tradicionais famílias daquela região.

Requerem, ainda, que da decisão da Casa seja dado conhecimento do presente à família enlutada, Sra. SÔNIA LÚCIA ALBUQUERQUE, sua esposa, na Av. Brasil, s/n.º, JANIÓPOLIS - PR.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1982.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO e ANTÔNIO COTRIM

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Pedro França, Presidente da Câmara Municipal de Janiópolis, ocorrido no último dia 25 de maio do corrente ano.

Requer, ainda, se dê ciência aos seus familiares, através da Câmara Municipal de Vereadores de Janiópolis - PR.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1982.

(a) JURANDIR MESSIAS

JUSTIFICATIVA:

Pedro França, Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Janiópolis, o qual através de sua influência e de seu cargo, prestou relevantes serviços ao Município de Janiópolis, que dificilmente preencherá esta lacuna, que ficou aberta com seu desaparecimento prematuro.

Neste momento de tristeza e pesar, unimo-nos aos seus familiares e amigos, os quais estimamos muito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, na forma regimental, REQUEREM a Vossa Excelência a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento, hoje ocorrido do Dr. Mauro Tolentino, médico na cidade de Cascavel e irmão do nobre Deputado Fidélino Tolentino.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1982.

(aa) LINEU TURRA e RENATO BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

SÚMULA: REQUER o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Ilustríssimo Senhor Diretor da Diretoria de Transportes Rodoviários e Ilustríssimo Senhor Di-

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Genorte Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (50); achando-se ausentes os Srs. Deputados Fiori Luiz, Adalberto Darios, Basílio Zanusso, Fuad Nacli, José Domingos Scarpellini, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi e Romero Filho (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 60/82, do Poder Executivo, que dispõe sobre a permuta de área de terreno de propriedade da Associação de Ensino Senhor Bom Jesus, localizado em Campo Largo, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1982.

(a) PAULO CAMARGO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER a inserção na Ata desta sessão de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Amílcar Silvério de Mello, aos 58 anos de idade, ocorrido em data de 26 de maio, em Marumbi, deixando viúva a Sra. Maria Silvério de Mello e cinco filhos; era comerciante e participava da Sociedade Marumbiense.

Requer seja dado conhecimento do presente à ilustre família enlutada.

retor do 9.º Distrito do DNER no Paraná.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício às autoridades acima referidas na Súmula, solicitando a implantação de linha direta de ônibus de Toledo a São Paulo, pela Pluma Conforto e Turismo S/A., pelo Expresso Nordeste Ltda., ou pela Viação Garcia Ltda., conforme Requerimento de n.º 047/82, do Sr. Vereador João Leonardi, da Câmara Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1982.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação justifica-se pelo fato de Toledo apresentar acentuado desenvolvimento econômico em todas as atividades no Oeste, havendo necessidade urgente de implantação de uma linha direta de ônibus de Toledo a São Paulo, que irá atender a demanda crescente não só daquela comunidade como de outros municípios vizinhos. O atendimento ao caso acima exposto irá resolver um problema angustiante por que passa aquele município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER aprovação de um pedido de informações ao Diretor do Departamento de Trânsito, no sentido de esclarecer sobre as condições de realização de Exame Psicotécnico, e na cidade de São João no dia 20/03, nas dependências do Grupo Escolar São João, informando a esta Casa o seguinte:

- a) quem realizou os exames;
- b) qual o número de pessoas examinadas;
- c) quanto foi cobrado "per capita" a título de taxas;
- d) por que não foram fornecidos recibos de recolhimento das taxas?

Que da decisão da Casa, dê-se ciência ao Senhor Secretário da Segurança Pública e ao Senhor Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1982.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Inúmeras denúncias dos Municípios do Sudoeste do Estado nos tem chegado ao conhecimento, apontando irregularidades na realização de exames Psicotécnicos. Enquanto a taxa oficial, fixa valores para tais exames, são cobrados preços infinitamente mais elevados que os prescritos pela Portaria do DETRAN. Assim para um simples exame de vista ou psicotécnico, cobrou-se a cifra de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) e além de tudo, as pessoas que realizaram tais exames negaram-se a fornecer recibos, muito embora tais exames tenham sido realizados em prédio público.

O requerimento serve também para alertar as autoridades do que vem ocorrendo, porque de maneira alguma, um serviço prestado pelo Estado, pode ser efetuado sem o correspondente recibo de pagamento ou recolhimento de taxas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Francisco Fernando Fontana, M.D. Secretário de Estado da Indústria e Comércio, solicitando as seguintes informações sobre o Banco do Desenvolvimento Econômico do Paraná S/A - BADEP e a empresa Castelo S/A.

1 — Qual a participação percentual do BADEP no capital da empresa Castelo S/A., atualmente fechada?

2 — Qual o capital da Castelo S/A?

3 — Quais os demais acionistas e, percentualmente as suas

participações?

4 — Há previsão de venda de tal empresa?

5 — Se positivo, qual ou quais as firmas interessadas, bem como, seus respectivos capitais e relação de sócios?

6 — Qual o valor de venda da empresa?

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1982.

(a) DENI SCHWARTZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas as formalidades regimentais, REQUER, envio de ofício ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, solicitando que seja reduzido o módulo rural, imposto aos agricultores pelo órgão, pois, a medida vem causando sérias dificuldades, inclusive o êxodo rural.

Requer envio de cópias aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Assis Chateaubriand, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Guaíra, Guaraniaçu, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Medianeira, Palotina, Santa Helena, São Miguel do Iguazu, Terra Roxa e Toledo.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1982.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

A absurda limitação pelo INCRA do módulo rural em 15 ha (quinze hectares), ocasiona para a região oeste do Paraná, além de outros problemas, acentuado êxodo rural.

Na região oeste do Paraná, a maioria das propriedades rurais situadas entre 5 e 10 alqueires (12,1 a 24,2 ha).

Ora, havendo a limitação pelo INCRA do fracionamento destas áreas com 15 ha, torna-se impossível qualquer desmembramento destas áreas.

A impossibilidade de fracionamento destas áreas cria para o agricultor a necessidade de mudar-se juntamente com seus familiares, para outros Estados do norte do Brasil, ou para o Paraguai, ou, o que é pior, para os grandes centros urbanos, criando o êxodo rural; a prova mais cabal desta afirmação é que o Paraná, no último censo havido, apresentou um dos maiores índices de decréscimo populacional em decorrência exatamente do grande êxodo de população para outros Estados.

Para exemplificar melhor, colocamos os casos mais comuns que ocorrem:

SUCESSÃO HEREDITÁRIA

Morre o proprietário rural, deixando a seus herdeiros uma pequena propriedade rural; como não podem dividir seus quinhões, devido à limitação imposta pelo INCRA, os herdeiros obrigam-se a constituir um condomínio sobre o imóvel inventariado; no entanto, com a constituição do condomínio, ficam impedidos de usufruir a plena propriedade da parte do imóvel recebida, porquanto, para qualquer ato, como financiar o plantio, ou mesmo vender seus respectivos quinhões, ficam jungidos aos demais condôminos, que detêm a preferência sobre a parte dos outros; quanto um dos condôminos não puder comprar dos demais, todos obrigam-se a vender a terceiros pessoas, ou a ver terceiros pessoas tornarem-se condôminos, em lugar dos outros herdeiros; portanto, a limitação do fracionamento dos imóveis é uma verdadeira limitação no direito de propriedade, tal limitação não ocorreria se o fracionamento dos lotes rurais fosse menor de 1 (um) a 2 (dois) hectares;

DOAÇÃO AOS FILHOS

Doação em vida, pelo pai, aos filhos: é um problema semelhante ao das sucessões, em que o pai pretende doar em vida uma parte de sua propriedade aos filhos, por ocasião de seu casamento, ou por ocasião de sua emancipação; é muito comum os filhos trabalharem com os pais até seu casamento ou até sua maioridade, sem nenhuma remuneração, ocasião em que, o pai lhes doa uma pequena área para que os filhos se tornem autônomos; também esta alternativa é vedada pela limitação do

INCRA. Isto determina na maioria dos casos, a saída destes jovens, à procura de novas terras; nós, em decorrência, perdemos esta verdadeira força produtiva.

IMÓVEL RURAL PEQUENO

Caso de proprietários de imóvel rural pequeno, que não encontrando solução para sua numerosa família, aliena esta sua pequena propriedade e se transfere para o Norte do Brasil ou para a República do Paraguai; lá, ele compra uma propriedade maior, que lhe dará melhores condições de prosperar e que lhe permitirá oportunamente deixar uma área para cada filho; aqui, a limitação imposta pelo INCRA, isto não é possível; se este agricultor, nas novas terras, for bem, somente teremos a lamentar a perda desta mão-de-obra produtiva em nossa região; no entanto, se ele não obtiver uma boa colheita na primeira safra; ou se seus recursos financeiros terminarem antes de ele conseguir uma boa safra, terá que vender a sua propriedade, por preço menor do que o que pagou, porque nestes lugares novos as opções de venda são poucas; ao voltar à nossa região, não conseguirá mais comprar área equivalente à que possuía anteriormente, nem menor, pois o INCRA não lhe permite; então compra uma pequena área, digo, uma casa em algum bairro da cidade e passa a constituir uma parte do grande contingente oriundo do meio rural e que passa a constituir a população das cidades sub-empregada e subalimentada.

OS PEQUENOS

Caso do pequeno agricultor, que, não vendo perspectivas no seu meio rural, porque não pode destinar uma área de terra para cada filho, devido à limitação imposta pelo INCRA, vende a sua área e muda para a grande cidade, onde pretende empregar-se e a seus filhos; na cidade, morando num lote urbano, não tem espaço para plantar frutas e verduras e criar porcos e galinhas para o consumo da família, o que tinha em abundância no meio rural; passa a empregar a maior parte do seu salário exatamente para adquirir comida, o que, no meio rural, como afirmado, possuía em abundância.

Nos casos apresentados, que são os mais comuns, comprovam a necessidade de ser permitido o desmembramento de áreas rurais em nossa região, menor do que a área de 15 ha permitido pelo INCRA, em 1 a 2 hectares, que seria o ideal, e permitiria solucionar parcialmente o problema do êxodo rural que a limitação do INCRA cria.

E não diga que com uma pequena área o agricultor não pode viver condignamente; além de estatisticamente e por trabalhos de órgãos de extensão, rural, em que se comprova que as pequenas propriedades são mais produtivas, ainda há o exemplo de Marechal Cândido Rondon, em que o agricultor Germano Hardtke, por duas vezes consecutivas recebeu o prêmio produtividade rural, e atualmente é candidato ao prêmio produtividade em âmbito nacional; e, a propriedade do mesmo é de apenas 5.000 m² (cinco mil metros quadrados), isto é, de apenas, meio hectare.

Urge, pois, que seja modificada a limitação imposta pelo INCRA, estabelecendo o módulo rural da região em 15 ha, para permitir o fracionamento das áreas rurais em 1 (um) a 2 (dois) hectares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 52/82, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1982.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, nos termos regimentais, REQUEREM seja enviado ao Excelentíssimo Senhor

Governador do Estado um apelo no sentido de que Sua Excelência desista do prazo constitucional, de procedimento abreviado, invocado na Mensagem Governamental n.º 49/82, autuado nesta Casa como Projeto de Lei n.º 50/82, e que dispõe sobre a nova estrutura do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Este apelo tem como fundamento a necessidade imperiosa de reestudar certos aspectos da propositura e suas repercussões administrativas, o que evidentemente requer mais tempo do que o previsto, uma vez que se pretende, sem ônus para o erário, algumas alterações e remanejamento de cargos e funções já existentes.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1982.

(aa) FRANCISCO ESCORSIN, ERONDY SILVÉRIO, JOSÉ DOMINGOS, GERNOTE KIRINUS, ANTÔNIO COTRIM, DARCY DEITOS, ROSÁRIO PITELLI, TÉRCIO ALBUQUERQUE, PAULO CAMARGO, VALTER PIETRÂNGELO, ANTÔNIO FACCI, TADEU LÚCIO MACHADO, FIORI LUIZ, TÚLIO ZANCHET, AIRTON CORDEIRO, LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, JURANDIR MESSIAS, RENATO BUENO, CYRO MARTINS, EDILSON ALENCAR, JOSÉ TAVARES, DÁCIO LEONEL, GILBERTO AGIBERT FILHO, NELTON FRIEDRICH, TRAJANO BASTOS, LUIZ GABRIEL SAMPAIO, EGON PUDELL, WILSON FORTES, WALDYR PUGLIESI, MÁRIO CELSO, NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Secretaria do Planejamento da Presidência da República - SEPLAN, solicitando a aprovação por parte daquela Secretaria, do processo n.º 6273/81, já aprovado pelo Congresso Nacional, que equipara a carreira de ENGENHEIRO FLORESTAL, com as outras modalidades de Engenharia.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1982.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

SÚMULA: Apela por alterações no Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado.

Senhor Presidente.

Temos recebido justas reclamações de reformados por invalidez da Polícia Militar do Estado, visto que existem proventos diferentes e discriminatórios entre esses inativos, conforme a época da concessão da reforma.

Sempre foi objetivo do Poder Público estadual tratar os iguais de forma idêntica, sob pena ou de privilegiar ou discriminar servidores, o que repugna à justiça e ofende o bem-senso administrativo.

Essa disparidade decorre de alteração ao Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado, introduzida através da Lei n.º 7434, de 29 de dezembro de 1980, onde uma das seqüências foi cancelar o auxílio invalidez aos inativos alcançados por essa legislação.

Visto que a competência para propor a modificação da lei, no sentido de restaurar a situação anterior, é exclusiva do Poder Executivo, de acordo com a Constituição Estadual, porquanto implica em elevar despesas, formulamos aqui um apelo veemente à Secretaria de Recursos Humanos para que reestude a questão, restabelecendo um tratamento justo e equitativo a todos os inativos da Polícia Militar do Estado, incluindo a percepção de benefícios atrasados àqueles que foram prejudicados pela alteração legal.

É de justiça, também, que no novo texto a ser encaminhado a esta Assembléia, sejam equiparados os valores do adicional

de inatividade a que se refere o artigo 93, da Lei n.º 7434, que discrimina oficiais e praças de menor patente. Esse dispositivo determina que os valores sejam calculados na base de 7 % para oficiais superiores e apenas 2% para os demais oficiais e praças da Corporação, o que se afigura profundamente injusto por premiar com percentual maior aqueles de maior remuneração, reduzindo ainda mais os proventos dos mais necessitados.

Para que estas ponderações tenham efeito, REQUEREMOS à Mesa, ouvida a Casa, sejam encaminhados expedientes ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Secretário de Estado de Recursos Humanos, contendo o inteiro teor de nossa justificativa, e apelando a Suas Excelências para que providenciem, dentro da urgência que qualquer situação injusta recomenda e exige, o envio de proposta legislativa a esta Assembléia para sanar o equívoco cometido.

Requeremos, outrossim, seja dada ciência da iniciativa desta Assembléia ao comando e aos órgãos associativos da Polícia Militar do Estado.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor IBRAHIM. ABILACKEL, digníssimo Ministro da Justiça, solicitando seus esforços na soltura do Pastor Luterano OTTO RAMMINGER do Professor OLAVO NIENOW, do sindicalista FRANCISCO CESÁRIO DA SILVA e de mais quatro posseiros, todos presos sem acusação formalizada, em 11 de maio pp, em Colorado do Oeste, no Estado de Rondônia.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1982.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Toda sociedade de Colorado do Oeste, entidades representativas e igrejas ficaram chocados com a prisão arbitrária do Pastor Otto Raminger e do Professor Olavo Nienow, bem como do Presidente em exercício Francisco Cesário da Silva. São prisões injustificadas e demonstração de prepotência de alguma autoridade tendo em vista que os elementos presos nem sequer se encontravam próximos do local, palco de tristes eventos ocorridos em 04 de maio pp., em que ocorreu violento tiroteio entre posseiros e elementos contratados pelos supostos proprietários da Fazenda Cabixi, resultando inclusive na morte de algumas pessoas.

Se nos dirigimos ao Ministério da Justiça com esta solicitação é porque esperamos encontrar censo de justiça. A prisão do religioso, do professor e do sindicalista não atendeu a reclamos legais. Pois fatos evidentes comprovam a não participação dos mesmos no tiroteio na Fazenda Cabixi. E querer alegar que os mesmos funcionavam no incitamento de posseiros é uma acusação vazia de razão. A população de Colorado do Oeste há de comprovar a dedicação com que os elementos presos prezavam suas tarefas específicas. Pregar evangelho, alfabetizar e criar consciência sindical nada tem a ver com incitamento, mas são tarefas desenvolvidas por pessoas de moral ilibada e com formação das mais categorizadas.

A sociedade brasileira haverá de se ressentir com a continuidade da prisão dos elementos citados, dignos, honrosos e honestos.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 65/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA

DE AMAPORÃ, com sede e foro na Cidade de Amaporã.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1982.

(a) WILSON FORTES.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social na Cidade de Amaporã, granjeando-lhe o reconhecimento público.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento das exigências legais para o reconhecimento público estadual.

Com isso, apresentamos o plano de lei que temos a certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Cotrim.

O SR. ANTÔNIO COTRIM — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma vez mais estamos assistindo a penalização daqueles que se propõem participar diretamente do processo produtivo nacional.

Refiro-me aos sofridos empresários brasileiros que acabam de ver o Governo, ao assinar o Decreto-Lei n.º 1940, à guisa de promover a distribuição da riqueza, onerar em mais 0,5% a atividade produtiva.

Ao assinar o Decreto, o Governo Federal passará a centralizar ainda mais em suas mãos o já excessivo controle financeiro do País, sob a alegação de que com esses recursos, promoverá uma melhor distribuição de riqueza.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem tive o infortúnio de assistir os atos fúnebres de um homem público, vereador e presidente da Câmara Municipal de Janiópolis, amigo e companheiro, Pedro França Albuquerque, que foi morto tragicamente em desastre de automóvel quando, juntamente com o Prefeito daquela cidade, dirigiam-se a Curitiba, e vinham justamente à procura de recursos para poder administrar o seu município, que como todos os demais, estão tendo dificuldades até para cumprir com suas obrigações trabalhistas.

Se a intenção do Governo Federal é uma melhor distribuição da riqueza, que se proceda imediatamente uma reforma tributária, dando aos municípios condições financeiras, e estes, por sua vez, contratarão mais pessoas, pagarão melhores salários, etc.

Se a intenção do Governo Federal é uma melhor distribuição da riqueza, que determine a baixa das taxas de juros e ofereça aos empresários melhores condições de manter e ampliar seus negócios, e estes se encarregarão de construir fábricas, desbravar sertões, produzir, comercializar e exportar produtos brasileiros e com isso gerar mais empregos, melhores empregos, recolher mais tributos e enfim, agilizar a economia nacional.

Já temos no Brasil inúmeras arrecadações que se dizem destinadas a atender a programas sociais, como por exemplo: Loteria Federal, Loteria Esportiva e Loto, temos já sobre o faturamento das empresas o PIS-Programa de Integração Social, o Fundo de Garantia por tempo de Serviço, o Sesi, Sesc, SENAC, etc., entretanto, o que vemos é que a massa de miseráveis tem aumentado, sem considerar o sub-emprego e o desemprego.

Será que o 0,5% do FINSOCIAL vai ser suficiente para acabar com a miséria e com a fome no Brasil, ou será que após verificar que 0,5% é insuficiente os tecnocratas insensíveis e bem assalariados, não proporão aumentar a alíquota de 0,5% para 1 % para cobrir o déficit do FINSOCIAL, como já fizeram

com a Previdência Social?

Até onde vamos assistir a esse festival de tributos sobre quem produz, diminuindo cada vez mais a vontade e inibindo a iniciativa dos empresários nacionais?

Sei que me responderão os tecnocratas dizendo que esse 0,5% será repassado ao consumidor pelo empresário, através do preço final do produto.

É verdade. Estivéssemos nós atravessando uma fase tranqüila e talvez isso fosse possível, mas dentro do atual quadro recessivo que se encontra a economia nacional será que o mercado consumidor não se retrairá ainda mais diante de preços mais altos?

Creio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que daqui a alguns anos só teremos três classes sociais no Brasil, a dos tecnocratas do Governo, a dos agiotas disfarçados de bancos e a dos miseráveis. O resto tenderá a desaparecer por conta e culpa dessa política econômica incompetente, que foi implantada e persiste em transferir para a iniciativa privada os ônus dos erros cometidos e carrear para o Governo a função de gerenciar as finanças nacionais. Essa é a verdadeira política de fazer homenagem com o chapéu alheio, isso é o que podemos chamar de política econômica "ROBIN HOOD?"

Aprovo e aplaudo a iniciativa do Governador José Hosken de Novaes, que está preocupado em isentar do ICM os produtos de consumo alimentar básico. Isso sim é demonstrar sensibilidade com a situação do povo, pois empresário também é povo. Caso contrário, daqui alguns anos ao invés de distribuir riqueza estaremos repartindo miséria.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em dias do mês de dezembro do ano passado, vários municípios paranaenses, especialmente do Oeste, foram castigados com violento temporal, que danificou as estradas rurais, destruindo pontes, pontilhões, a tal ponto que os prefeitos se viram na contingência de decretar estado de calamidade pública.

Entre esses municípios atingidos, Corbélia foi, também, duramente castigada, e o Prefeito, na época, que justamente era de atividade agrícola intensa, tomou as providências para que as estradas, de imediato, fossem recuperadas, as pontes e pontilhões reconstruídos, comunicando o fato às autoridades estaduais, pedindo, também, uma providência no sentido de que fosse levado àquele município, recursos necessários à rápida execução dos serviços de recuperação, eis que muitos lugares ficaram ilhados, sem comunicação por via das estradas.

A coordenação da defesa civil da Secretaria da Segurança esteve presente no município, fez um levantamento, e a avaliação dos prejuízos, que foram estimados, na época, em dezessete milhões de cruzeiros. Desses dezessete milhões de cruzeiros, o Município de Corbélia, até esta data, recebeu dois milhões de cruzeiros apenas, através da Secretaria do Planejamento, sendo que o restante haveria de ser complementado com repasse de verbas do Ministério do Interior.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acabamos de ter conhecimento de que dos diversos municípios que foram atingidos e que constam no Ministério do Interior, relacionados para receber o repasse de verbas, não foi incluído o Município de Corbélia, e, com isso o município até esta altura, teve que arcar exclusivamente com as despesas, apesar de seu erário ser parco, apesar das dificuldades que enfrentou para atender à execução desses serviços.

Não obstante a solicitação que foi feita ao ex-Governador e às demais autoridades estaduais, essa reivindicação do Município de Corbélia não foi atendida.

Por isso, Sr. Presidente, nós, hoje, esperançosos de que o

atual Governador, Dr. Hosken de Novaes, sensível ao problema dos municípios que estão justamente com as suas finanças combalidas pela minguada arrecadação que vem tendo exatamente nestes últimos tempos, nós estamos aqui, da tribuna, para apelar a Sua Excelência, no sentido de que providencie junto aos seus auxiliares, à Secretaria do Planejamento, e, mesmo, encaminhando em complementação, à relação já enviada ao Ministério do Interior, o Município de Corbélia, para ser contemplado com essa ajuda indispensável que está, agora, num restante de quinze milhões de cruzeiros.

Eu, então, Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência que este nosso pronunciamento seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, para que ele, tomando conhecimento, como disse, tome as providências necessárias, para que o Município de Corbélia seja atendido, para que a população de Corbélia seja justamente atendida nas suas pretensões, desde que se trata de um município que vem contribuindo com um grande contingente de produção à economia paranaense.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência registra, com satisfação, a presença, neste plenário, da professora Ester, acompanhada de alunos do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. E concede a palavra ao orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como toda a Casa sabe, mantemos, numa das emissoras da Capital, um programa diário, comentário despretencioso, 5 a 6 minutos, onde atendemos reivindicações de todos os paranaenses que nos escrevem, nos telefonam e nos solicitam alguma coisa.

E tenho recebido - naquela emissora, constantemente, muitas reclamações - aliás, justas reclamações de reformados por invalidez da Polícia Militar do Estado, visto que existem provenhos diferentes, discriminatórios, entre os inativos, conforme a época da concessão da reforma. Ora, acho que sempre foi objetivo do Poder Público tratá-los de forma idêntica, sob pena de privilegiar, ou discriminar servidores, o que repugna a Justiça e ofende ao bom senso administrativo.

Essa disparidade decorre de alteração no Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado, introduzida através da Lei n.º 7434, de 29 de dezembro de 1980, onde uma das consequências foi cancelar o auxílio-invalidez aos inativos, alcançados por essa legislação. Visto que a competência para propor a modificação da lei - e aí cabe também um esclarecimento, porque fomos nós que votamos essa lei, a atual composição da Assembléia Legislativa que votou essa lei, é, hoje, de uma maneira simplista, não caberia a nenhum Deputado verberar, reclamar, contra a lei, se não fora a competência para propor modificações em lei que verse sobre pessoal, que é competência exclusiva do Poder Executivo, de acordo com a Constituição do Estado.

Por isso é que, hoje, estamos na tribuna, para formular um apelo veemente à Secretaria dos Recursos Humanos para que reestude a questão, restabelecendo um tratamento justo, um tratamento equitativo, a todos os inativos da Polícia Militar do Estado, incluindo a percepção de benefícios atrasados àqueles que foram prejudicados pela alteração legal.

É de justiça também que no novo texto a ser encaminhado a esta Assembléia, sejam equiparados os valores do adicional de inatividade, a que se refere o Artigo 93, da Lei 7434, que discrimina oficiais e praças de menor patente. Esse dispositivo determina que os valores sejam calculados na base de 7% para oficiais superiores e apenas 2% para os demais oficiais e praças da Corporação, o que se afigura extremamente injusto, exatamente por premiar, com percentual maior, aqueles de maior remuneração, reduzindo, em consequência, ainda mais, os proven-

tos dos mais necessitados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que estas ponderações tenham, pelo menos, algum efeito, requeremos à Mesa, ouvida a Casa, sejam encaminhados expedientes ao Sr. Governador e ao Sr. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, contendo inteiro teor de nossa justificativa e apelando a Suas Excelências para que providenciem, dentro da urgência que qualquer situação injusta recomenda e exige, o envio de proposta legislativa a esta Assembléia, para sanar o equívoco cometido.

Requeremos ainda seja dado ciência à iniciativa desta Casa ao Comando e aos órgãos associativos da Polícia Militar do Estado.

Era isso, Sr. Presidente, o motivo que nos trouxe à tribuna. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, inscrito.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A "FOLHA DE SÃO PAULO" estampa em sua 1a. página, uma notícia: "GOVERNADOR MANDA FECHAR O DOPS".

Eu estava vendo este jornal em cima de uma mesa, à distância, então imaginei que poderia ter sido o Governador do Paraná que houvesse mandado extinguir o DOPS. Mas não era, não era o do Paraná não, Sr. Presidente, era o Governador do Rio Grande do Sul. Eu então lembrei-me que, no dia 22 de junho de 1979, aqui nesta Assembléia, apresentei um projeto de lei extinguindo a Delegacia de Ordem Política, da Secretaria da Segurança Pública. Naquela oportunidade o projeto era o seguinte:

"Fica extinta a Delegacia de Ordem Política, da Secretaria da Segurança Pública;

Art. 2.º — É vedada a criação de qualquer órgão Policial que tenha como função a busca, coleta e processamento de informações sobre atividades de caráter político, bem como de repressão, a estas atividades;

Art. 3.º — O Governador do Estado, dentro de 30 dias a partir da vigência da presente lei, determinará as providências necessárias à incineração dos documentos, papéis, ou similares, às informações sobre atividades políticas;

Art. 4.º — Os policiais e funcionários que pertencem ao quadro efetivo da Secretaria da Segurança Pública atualmente exercendo atividades na Delegacia de Ordem Política, deverão ser aproveitados em outros órgãos da mesma Secretaria de Estado.

Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho que a atitude que o Governador do Rio Grande do Sul acaba de tomar é da mais alta importância e terá, sem dúvida nenhuma, uma influência muito grande nesses tempos ainda conturbados, em que vivemos.

A notícia lá de Porto Alegre, diz-nos o seguinte:

"O Governador do Rio Grande do Sul, Amaral de Souza, assinou Decreto ontem de manhã, extinguindo o DOPS - Departamento de Ordem Política e Social do Estado - e determinando que, os seus arquivos, sejam incinerados.

Segundo o Secretário da Segurança Pública - Leivas Jeob - o processo de Abertura torna sem sentido a existência do órgão, além do fato das atribuições de Segurança Nacional pertencerem, pela Constituição, à Polícia Federal. O Secretário Leivas Jeob informou que, a maioria dos 150 integrantes do DOPS, irá formar um novo Departamento destinado a combater o tráfico de tóxicos, devendo, os demais, serem designados para outros setores da Polícia Civil que tem, no Estado, um déficit de aproximadamente 4.000 homens. O Secretário da Se-

gurança Pública entende que os Agentes terão mais utilidade na repressão ao uso de drogas, que ele considera um dos maiores problemas em termos de Segurança; informou ainda, que, a extinção efetiva do DOPS será feita, a partir da publicação, no Diário Oficial, do Decreto do Governador. O DOPS gaúcho, que existia há 44 anos, já teve suas fichas queimadas anteriormente, quando Leonel Brizzola assumiu o Governo do Rio Grande do Sul; com o Movimento de 64 e a mudança na orientação dos Organismos policiais porém, o Departamento passou a ter maior importância na repressão política. Nos últimos anos, o órgão foi acusado diversas vezes de atuação irregular, principalmente em fatos que envolviam o Delegado Pedro Celen. O episódio de maior repercussão nesse período, foi o seqüestro dos cidadãos uruguaios Lillian Geliberti e Gumerindo Dias, ocorridos em 1968. Foram detidos em Porto Alegre por agentes da DOPS e entregues a policiais do Uruguai onde eram procurados por questões políticas.

Vejam bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que já em 79 nós encarecíamos a necessidade da extinção desse órgão de repressão política, fruto desse novo tempo que começamos a viver com a abertura política que ainda não foi consolidada e é por isso que nessa tarde nós estamos aqui não só para registrar esse fato da maior importância para a vida nacional, porque mostra que mesmo os Delegados do poder central já estão percebendo que é impossível continuar governando da maneira antiga, sob o arbítrio e sob a repressão.

Naquela oportunidade, nós argumentávamos que a conjuntura política presente é marcada pelo clamor nacional do conjunto da sociedade brasileira pela redemocratização do País e pelo fim do estado autoritário vigente desde 64. As recentes revogações de instrumentos como Ato Institucional n.º 5 e outras leis de exceção, em nada alteram a essência autoritária e repressiva do estado brasileiro. A repressão continua sob novas e velhas formas. Os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores e assalariados, suas greves, as mobilizações e os piquetes, têm encontrado sistematicamente a presença da repressão política a serviço dos interesses do capital. E os meios de comunicação social continuam controlados e sujeitos a pressões de todos os tipos, principalmente a chamada imprensa nanica. Enfim, o Estado continua armado contra a sociedade, nem mesmo seus organismos montados com exclusivos propósitos de repressão política foram desativados. A desmobilização das polícias políticas sempre foi a primeira medida de qualquer movimento que tivesse como objetivo a democratização da sociedade e o fim de estados autoritários e ditatoriais.

Não custa lembrar exemplos da história recente como a SAVAK do Irã e a PIDE de Portugal. Em Portugal a primeira medida do Governo da Junta de Salvação Nacional, representante do movimento das Forças Armadas que derrubou a ditadura salazarista de 50 anos, foi o imediato desmantelamento da PIDE, este organismo, a polícia internacional de defesa do Estado, tinha amplos poderes para proibir reuniões e atos públicos, "fichar" pessoas consideradas subversivas para prender quem imprimisse publicações, manifestos, panfletos, ou qualquer tipo de literatura que fosse considerada ameaçadora à ordem política. Ninguém poderia obter emprego sem prévia autorização da PIT e por trás destas atividades consideradas legais, ele prendia, torturava e matava, e justificando internacionalmente seu nome, estendia suas atividades às colônias na África e isto também legalmente, pois, na verdade, ela atuava em qualquer parte do mundo no combate aos oposicionistas.

O caso mais conhecido é o caso do seqüestro e assassinato do General oposicionista Humberto Delgado e sua companheira brasileira, ambos se encontravam exilados e foram mortos na vizinha Espanha franquista.

Enfim, siglas como PIDE, SAVAK, GESTAPO, CIA, DINA, DOI-CODI e também Delegacias de Ordem Política, DIP, OBAN, SNI, etc., passam para as páginas da história iden-

tificadas com seus períodos mais negros, mais obscuros. Elas são sinônimos da repressão, da violência, terror, crimes, seqüestros, assassinatos e torturas, sofrimentos e medo, ditadura e totalitarismo. Estes nomes não podem figurar ao lado da liberdade, da solidariedade humana, da justiça e da igualdade.

Atualmente no Brasil, não é apenas um organismo que se identifica com a repressão política, com o terror policial, com as torturas e todos os tipos de violência. No entanto, o presente projeto de lei visa atingir um dos principais organismos de repressão política - A Delegacia de Ordem Política da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná.

Esta Delegacia tem se caracterizado como uma verdadeira polícia política. Esta tem sido rigorosamente sua função prioritária. O nome da Delegacia de Ordem Política, gera medo, gera insegurança. É um nome que todos associam às torturas, e às violências.

Enfim, a Delegacia de Ordem Política, é um organismo que além de ser absolutamente inútil à sociedade, a sua existência assim como a de outros organismos de repressão política, é incompatível com qualquer passo significativo no caminho da democratização do País, além de estar, segundo nosso entendimento, em flagrante desacordo com a própria Constituição Federal vigente. Mais especificamente com o Artigo 153 e seus parágrafos que reza o seguinte: "todos são iguais perante a lei" e mais adiante, "é livre a convicção filosófica ou política".

Ora, se a própria Constituição prega o livre pensar da convicção política, não podemos conceber que exista uma delegacia especializada unicamente em investigar e perseguir os opositores ao regime. Uma delegacia que se mostra eficiente para perseguir e torturar os que ousam pensar diferentemente dos poderosos do dia e, no entanto, se mostram ineficiente ou fecham os olhos quando organizações da direita atuam livremente. Porque a Delegacia de Ordem Política ainda não esclareceu seqüestro, seguido de torturas físicas e mentais do estudante conhecido por Carlão, da Universidade Federal e o seqüestro da Professora Juracilda Veiga, e o desaparecimento do professor de Apucarana que veio buscar o chamado "Atestado Ideológico" e desapareceu dentro da própria Delegacia de Ordem Política. E a invasão da sucursal do jornal "Em Tempo". Por que esses fatos ainda não foram esclarecidos à opinião pública?

Isso prova a toda a sociedade que a Delegacia de Ordem Política só persegue os que têm convicção diferente das do regime e deixa atuar as "clandestinas", entre aspas, organizações de direita que vivem espalhando terror e insegurança.

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma consulta que se estou falando muito alto e as minhas palavras estejam incomodando os demais que aqui se encontram, poderei, atendendo uma solicitação de Vossa Excelência, baixar o volume do som. Porque, fico em dúvida, se estou atrapalhando os "bate-papos" que se verificam durante este desprezível pronunciamento que faço nesta tarde.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — O meu aparte é com relação a essa pergunta que Vossa Excelência fez ao Presidente da Casa. Quero responder, não tenho procuração do Sr. Presidente, mas quero responder que estou acompanhando atentamente o pronunciamento de Vossa Excelência. Se alguém o está perturbando deve ser do lado de lá, porque do lado de cá mesmo eu sou escoteiro no lado de cá, de maneira que não é a nossa bancada.

Estou ouvindo com muita atenção, concordando com Vossa Excelência em quase que 80% das afirmações que Vossa Excelência faz da tribuna, mas, apenas pedi o aparte para dizer a Vossa Excelência que tenho admirado através dos anos, a luta que Vossa Excelência vem fazendo em torno de uma convicção pessoal de Vossa Excelência. Pode não ser a minha, pode não ser a da maioria do povo brasileiro, mas é uma convicção pessoal e todo homem que defende as suas convicções às vezes até contra o mundo, merece o respeito de todos nós. E quero dizer à Vossa

Excelência que condeno, evidentemente, os excessos, condeno o radicalismo de direita a que Vossa Excelência se referiu. Mas também condeno, com igual veemência, eu, que sempre fui um liberal, um homem de centro, o radicalismo de esquerda que nenhum dos dois serve à sociedade brasileira, ao brasileiro como ser humano. Acho que nós devemos pautar a nossa conduta, devemos atuar dentro da sociedade em respeito à lei e dentro daquilo que nós aprendemos nos bancos escolares e desde as nossas primeiras letras e aprendemos até em casa, que é o respeito absoluto pela pessoa humana, pelos valores morais e acima de tudo, o nosso acendrado amor à Pátria e à liberdade da qual o brasileiro jamais abdicou e jamais abdicará.

Era esse o aparte que queria dar a Vossa Excelência e dizendo que estou ouvindo com atenção, não só hoje, mas todas as vezes que Vossa Excelência vai à tribuna, por duas razões: primeira, porque Vossa Excelência é um homem autêntico. E, em segundo lugar para, pelo menos tentar refutar alguns conceitos que Vossa Excelência emite da tribuna e que não são do meu agrado e nem do agrado da bancada pela posição que nós temos com relação ao nosso condicionamento dentro da estrutura democrática brasileira.

Não, absolutamente em defesa de governos reacionários, de governos que torturaram, que prenderam, que mataram, absolutamente. Mas dentro daquilo que nós aprendemos desde criança que é conviver numa sociedade harmônica, numa sociedade em que todos tenham as mesmas oportunidades e os mesmos direitos. Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Líder do Governo e nessa primeira parte gostaria de dizer o seguinte: estou me reportando nobre Líder, a um projeto de lei que apresentei em 79 e estou, nesta oportunidade...

O Sr. Erondy Silvério — Perfeitamente. Extinguindo o DOPS.

Estou acompanhando desde o início o pronunciamento de Vossa Excelência.

O SR. WALDYR PUGLIESI — E estou aqui dizendo ainda sem alimentarmos a ilusão da possibilidade de uma plena democracia política nos quadros de uma sociedade onde é exercida uma férrea ditadura econômica e social, é necessário cada vez mais avançar no sentido de desarmar o Estado que se encontra a serviço de uma classe minoritária que oprime e explora a maioria do povo brasileiro.

Eu dizia isso em 1979, no mês de junho, e veja bem como essas palavras são atuais e verdadeiras nos dias de hoje, porque quando nós falamos aqui, olha, uma férrea ditadura econômica e social, nós ainda temos vivas na nossa memória uma série de declarações de empresários brasileiros que não concordaram de maneira nenhuma com um novo confisco que está se fazendo a muitas empresas para se criar um novo programa que se diz de cunho social, mas que nós esperamos realmente que tenha finalidade social e não apenas e tão somente o objetivo de carrear votos para o Governo, num ano eleitoral.

Os empresários gostariam de sentarem-se à mesa com o Governo e discutir o dia de amanhã para não serem surpreendidos, mas o Governo instalado até os dias de hoje ainda fez ontem, ou antes de ontem a prática autoritária de instituir um confisco, nada mais é do que um confisco o que o Governo fez, inclusive, Ministros do próprio Governo deram declarações que desconheciam, esse novo ato que ia ser praticado pelo Governo.

Então, vejam bem: nós continuamos tendo o Estado armado com medo da sociedade civil, quando na realidade o inimigo não está aqui dentro e toda a América Latina teve a oportunidade de sentir na carne e verificar essa verdade ainda agora, recentemente, por ocasião da batalha entre a Inglaterra e a Argentina pelas Ilhas Malvinas.

Porque existia um acordo interamericano de defesa.

Os Estados Unidos, os nossos aliados, os nossos amigos, amigos da Argentina, aliados da Argentina, aliados do Brasil.

Mas na hora em que se começou a travar a batalha, os Estados Unidos mostraram na realidade aquilo que realmente são, aliados da Inglaterra, do grande capital monopolista que não quer a libertação da América Latina, da África e da Ásia.

Essa é a grande verdade. Então não há necessidade de ter-se uma Delegacia de Ordem Política para prender estudantes na Praça Rui Barbosa, ou na Praça Santos Andrade. Não há necessidade de se ter um DOPS para prender os nossos companheiros do PMDB, quando outro dia levavam o programa do partido à população de Curitiba, na esquina da Rua Monseñor Celso com a XV de novembro. Não há necessidade. O inimigo não está dentro do Brasil. Nós, toda a sociedade brasileira, devemos nos aliar a quem? Às várias formações, associações, federações, que representam toda, a mais variada gama de componentes da sociedade brasileira; dar cobertura a um Governo democrático, liberal, que possa nascer de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Ficou provado a toda a América Latina, e temos receio de que, em cima disto, se comece a fazer uma corrida armamentista dentro deste País, vendo inimigos que não existem; vendo visões fantasmagóricas aparecendo no horizonte.

Somos um País que poderia ter no conceito mundial, no concerto das Nações, uma presença muito forte — se tivéssemos realmente um Governo embaixado na vontade do povo brasileiro; que fosse fruto — como já disse, do nascimento não espúrio, que viria da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Aí sim.

Não há necessidade de termos, se bem que já houve uma modificação, o antigo Departamento de Ordem Política e Social — DOPS, ele se dividiu, não existe mais no Paraná. Hoje é a Divisão de Segurança e Informações, é o DSI que está fracionado, dividido, segmentado, no DOP, no DOS e no Departamento de Armas e Explosivos.

Mas é este Departamento da Ordem Política que se arvora competente para, ao desconhecer a Constituição, passar por cima dela e efetuar prisões quando estas só poderiam ser feitas em flagrante delito, ou através de ordem escrita de autoridade competente.

É por isto, Sr. Presidente e nobre Líder do Governo, que nós, da Oposição, tivemos à nossa frente a tarefa enorme, gigantesca, de construir uma nação, fruto da vontade de todos os brasileiros, sem humilhados, ofendidos e marginalizados.

Temos preocupação que ainda, aqui no Estado do Paraná, não se tenha tomado uma medida neste sentido.

Agora faço um apelo à Liderança do Governo nesta Casa. Nós reapresentaremos este projeto de lei que foi apresentado no ano de 1979, e como temos — nós da Oposição, oferecido ao Sr. Governador do Estado, Hosken de Novaes, a possibilidade de travarmos um diálogo, de sentarmos à mesa para discutir programas, projetos, que possam viabilizar uma nova sociedade neste Paraná, nós também fazemos este apelo ao Líder do Governo nesta Casa, que leve esta ponderação da Oposição, para que ele faça a extinção deste Departamento de Ordem Política, porque nós, do PMDB, se chegarmos ao Governo, iremos colocar na frente do futuro Governador do PMDB, este pedido de todos os democratas do Estado do Paraná.

Sinceramente, acho que se tivermos competência para ganhar as eleições, se tivermos competência para, realmente, dentro da unidade, caminharmos no sentido de oferecer um novo Governo ao Estado do Paraná, acredito que o futuro Governador José Richa, porque ele é inócuo, não tem necessidade nenhuma de existir dentro da sociedade do Paraná.

E como este Governo que acaba de se instalar em continuação a outro, está se abrindo democraticamente como ainda hoje podemos sentir, acho que é oportunidade da reapresentação deste projeto.

Pedimos também que os pedidos de informação, que muitas vezes a Oposição faz aqui simplesmente no sentido de se

conhecer determinadas realidades, pudessem ter uma nova tomada de posição pelo Governo nesta Casa, vendo que nós simplesmente temos de saber.

Temos um Governo que muitas vezes como o Governo Federal ainda fez na tarde de ontem e antes de ontem. Toma medidas que são desconhecidas pelo próprio Ministério, que dá cobertura a este Governo. E depois dizem que estamos, já, numa democracia.

Na realidade, continuamos vivendo sob uma ditadura, que deixou o controle que tem em cima da sociedade. Deu um pouco de folga e vivemos realmente um período melhor. Não se sente sobre o pescoço, todos os dias, a ameaça da "espada de Dâmocles", mas ainda não chegamos à democracia. E nós aqui, no Paraná, teríamos oportunidade, temos todas as condições de fazermos realmente uma campanha política de alto nível.

Fazemos a discussão de todos os problemas do Paraná, de maneira funda, profundamente. Mas, com respeito à Oposição, como nós também quando fazemos acerbas críticas ao Governo. Não descemos à desconsideração deste mesmo Governo.

O Sr. José Tavares - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. WALDYR PUGLIESI — ... Somente para, nobre Líder

Erondy Silvério, dizer a Vossa Excelência também que o Governador Hosken de Novaes tomou nesta Casa já uma medida de sabedoria, ao conservá-lo como Líder de Bancada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI — E eu fiz isso publicamente. E as nossas divergências não impedem que eu diga que Vossa Excelência é um homem que cumpre com brilhantismo essa difícil tarefa de ser Líder do Governo num período como este que estamos vivendo.

Concedo o aparte ao nobre Deputado José Tavares.

O Sr. José Tavares — Nobre Deputado Waldyr Pugliesi, apenas aparteei Vossa Excelência para cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento que faz nesta tarde, pela oportunidade com que aborda este tema, este assunto.

E também para inserir no seu pronunciamento e fazer um apelo à Presidência deste Poder, para que não permita mais que notas taquigráficas de pronunciamentos feitos pelos Srs. Deputados nesta Casa, sejam levadas diariamente para o Serviço Nacional de Informações, Agência Regional do Paraná. Não vejo razão para isto.

Não posso conceber por que, se é que estamos vivendo realmente em período de abertura, que se tinha que, diariamente, passar às mãos do SNI notas taquigráficas de todos os pronunciamentos que são feitos nesta Casa, inclusive o de Vossa Excelência e este aparte, já que estamos aqui para fazer política com seriedade, mostrar os erros do Governo, apresentar soluções, e em última análise, representar com a mais absoluta seriedade os interesses do povo do Paraná.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência, nobre Deputado José Tavares, que várias vezes tem se dirigido a essa Delegacia de Ordem Política, para, juntamente com outros companheiros de partido, interferir no sentido da libertação de tantos e tantos companheiros nossos que têm sido presos porque muitas vezes estão nas ruas da cidade, levando o programa do partido, fazendo a conclamação para o comparecimento a atos públicos, reuniões do partido, e eu acho que isso deve ser uma prática normal.

E ainda aproveito para dizer, mais uma vez, que não me conformo que o político esteja tão reprimido ainda na sua atividade.

Antes de ontem, fazendo uma palestra na Universidade Federal, quando fiz algumas citações nominais, o professor quis

me impedir de citar nomes. E eu que estava dizendo que vivemos numa sociedade de repressão, falei aqueles estudantes: — está aí na palavra desse professor, a verdade, a confirmação de tudo aquilo que estou dizendo. Eu, um Presidente de Partido, venho a uma Universidade e sou, numa tentativa do professor titular da matéria, impedido de dizer o nome daqueles que acho que estão descumprindo com a lei.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) No horário reservado à Liderança do PMDB, concedo a palavra, por dez minutos, ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Indignados com os órgãos de repressão deste Poder que continuam vivos apesar dos apelos democráticos do Presidente Figueiredo, recebemos a notícia, lá da longínqua Rondônia, da prisão de mais dois religiosos pertencentes à Igreja Evangélica de Confissão Luterana, que atuavam nas lides da Comissão Pastoral da Terra e foram arrolados como agitadores no meio dos posseiros em violento choque que lá houve.

A Igreja Evangélica, bem como a CNBB, largaram nota oficial protestando pela prisão dos jovens religiosos, e também esta Casa merece tomar conhecimento de tal ato.

A comunidade de Guarajá Mirim, Rondônia, vive atualmente momentos de intensa revolta sob um clima de verdadeiro terror com os trágicos acontecimentos da luta, por um pedaço de chão.

Aliás, a luta pela terra é uma luta de nível nacional.

As injustiças cometidas por autoridades de nosso País, na distribuição das terras, acabando pelo derramamento de sangue não pode ficar à margem do conhecimento de toda a população brasileira.

Mais uma vez, vidas de pessoas inocentes são tiradas com violência, pelos carrascos mandantes de crimes ocultos, massacrando no escuro dos que trabalharam a terra para dali tirar o seu sustento e de seus filhos.

E, após trabalhar a terra e plantar seus alimentos que ali tiravam e que vai dar garantia à sobrevivência de suas famílias, e que também fornecem alimentos à população brasileira toda, são despejados sem nenhuma piedade por aqueles que se dizem ser os verdadeiros e legítimos donos da terra e da lei.

E é a prepotência, arma de todo covarde, que não respeita a lei. Pois se deixa claro que nenhuma prepotência faz justiça ao justo.

A prepotência é a arma do covarde. Exemplo este que posso registrar nesta Casa com os acontecimentos em Rondônia, onde a ordem de despejo determinado pelo Juiz da Comarca de Vilhena, é suspenso pelo Tribunal de Justiça Federal, é novamente determinado e reapresentado pelo Juiz de Vilhena por este entender que o Tribunal de Justiça Federal não mais exerce jurisdição pelo Estado da Rondônia, recentemente criado.

Que lei é esta, onde os direitos do homem são postos em última instância?

Que País é este, onde órgãos do próprio Judiciário se contradizem em sentenças contraditórias, deixando no abandono, na ignorância, e entregues à própria sorte, da violência, famílias de posseiros humildes?

Mais uma vez arbitrariedades são cometidas contra pessoas que dedicam seu tempo em defender os legítimos direitos de um povo que é o caso dos religiosos que ali tomaram sua posição.

Estes, procurando somente a paz e a justiça social de igual para igual, foram atingidos pela prepotência de autoridades locais. Estão, hoje, aprisionadas pessoas inocentes, de idoneidade moral e espiritual, acusadas de colocar em risco a segurança dos trabalhadores, de provocar conflitos entre posseiros e pistoleiros contratados pela Fazenda Cabixi, resultando na

morte de um posseiro e dois contratados, além de graves ferimentos em uma senhora e um menor de idade.

Mas, os covardes que ali praticam tais atos, sangüinários, sempre se esconderam, neste País, através das leis de exceção, sob o fantasma do comunismo e da subversão, criado exatamente para encobrir os seus atos sangüinários, e procuram seus bodes expiatórios, para justificar o terror que estão espalhando neste País, há 18 anos, e assim levaram à prisão, em nome da Lei da Segurança Nacional, dois religiosos de comportamento idôneo. O Pastor Otto Raminger, o Professor Catequista Olavo Ninno, ambos da Comissão Pastoral da Terra; o Presidente em exercício do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Sr. Francisco Cesário da Silva; todos encontram-se atrás das grades, acusados de estarem ameaçando a Segurança Nacional.

Seres humanos que ocupam cargos de alta estima na comunidade local, que já deixaram comprovados com seus atos que só fazem o bem ao próximo em busca de soluções justas. Nada tiveram com o conflito e derramamento de sangue que lá ocorreram, pois os mesmos, no momento do conflito, encontravam-se longe do local, exercendo pacificamente suas funções.

No entanto, a prepotência do covarde precisa sempre de um bode expiatório.

E assim, lançaram mãos desses senhores que detêm representação popular para lutar pelos direitos dos homens que vivem naquela terra.

Sabemos que a atribuição de um sindicato, não pelego, mas de um sindicato autêntico, é atribuição dele defender os legítimos interesses e direitos dos trabalhadores rurais.

Sabemos também, que é atribuição de um assessor da Comissão Pastoral da Terra, apoiar o lavrador em busca de seus direitos, e que é atribuição de um pastor da Igreja Evangélica a difusão deste evangelho, que compromete comunidade e sociedade, com a prática da justiça e não violência.

Entende-se e fica mais do que claro, que os mesmos não excederam às suas competências, permanecendo, portanto, obscuro o motivo real do seu aprisionamento.

Sr. Presidente, pergunto-me se, por estarem defendendo aquilo que é do direito dos trabalhadores, de pessoas humildes que nada mais querem do que sobreviver honestamente, e viver em paz com o mundo, pessoas são presas como se fossem bandidos perigosos, como se fossem marginais, enquanto que os verdadeiros carrascos, mediante os crimes, gerando conflitos, continuam em liberdade, e mandando até mesmo em setores da nossa sociedade.

Questiona-se assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a necessidade das referidas prisões, bem como a forma de sua execução, esperando que, se de fato até o momento nada esteja comprovado, existam acusações contra os mesmos, que lhes seja possibilitado, então, que respondam à acusação em liberdade.

E, finalmente, Sr. Presidente, entende-se que, tais conflitos, fatalmente se repetirão, enquanto perdurar esta situação de flagrante injustiça na distribuição de terras.

Ainda antes de ontem, estivemos assistindo aqui no Paraná, mais de quatro mil lavradores clamando pelos mesmos direitos, e dentro disto, aspira-se justiça social.

Justiça que respeite os direitos do cidadão brasileiro, que distribua os bens de maneira a garantir a todos a paz social, tanto apregoada pelos políticos.

E é por isso que fizemos esse apelo, através de nosso requerimento ao Ministro da Justiça, que junto com os órgãos de repressão que prenderam aqueles pastores, atue para que sejam postos em liberdade e possam responder, conforme manda a lei.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Nos últimos dez minutos restantes à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Gernote Kirinus levanta uma questão que está extremamente ligada ao pronunciamento que faremos agora.

O Paraná também tem duas facetas, Sr. Presidente: uma colorida, pintada pelo Governo e pelo candidato do Governo ao Palácio Iguazu. Essa é a faceta colorida, televisionada, muito bem apresentada e trabalhada em laboratórios.

Mas, a outra, Sr. Presidente, é a faceta em preto e branco e que, nesta semana, encontramos no Oeste do Paraná, mais especialmente em Medianeira.

No mesmo dia, tivemos a festa do trabalhador rural, numa cidade paranaense, Jaguariá. Lá estavam o Secretário da Agricultura, o Diretor Nacional de Cadastro do INCRA, o Delegado Regional do INCRA, o candidato do PDS ao Governo do Estado e outras autoridades.

Esta era a festa colorida.

A festa em preto e branco, tínhamos em Medianeira.

Na colorida, participaram, segundo detalhe da imprensa, três mil pessoas, no máximo. Em Medianeira, mais de quatro mil e quinhentas pessoas, num dia extremamente chuvoso, se reuniram na Igreja Matriz daquela cidade. (Lê):

“Nós, agricultores sem terra ou com pouca terra, líderes sindicais, representantes das Igrejas Cristãs, refletimos sobre as questões da terra de nossa região e decidimos enviar este documento a todas as autoridades competentes afetas a este problema.

Enriquecidos pela experiência dos outros companheiros que estão nesta luta, vimos pelos depoimentos dos operários - o grito dos trabalhadores da cidade - que a nossa luta pela terra interessa ao povo da cidade que paga caro pelo que come, pela moradia, pelo transporte, que enfrentam o desemprego porque tem muita gente que sai da lavoura procurar emprego na cidade.

Vimos também que o trabalhador expulso da terra procura uma vida melhor, e encontra na cidade mais exploração do que aqui na lavoura.

Vimos que é do suor e sofrimento do operário que saem os grandes lucros dos poderosos da cidade, que acabam comprando nossas terras.

Vimos pela experiência dos agricultores de RONDA ALTA que é fundamental a união e a organização daqueles que não têm terra e lutam por seus direitos. Os trabalhadores da terra, unidos e apoiados por entidades, querem uma autêntica reforma agrária que visa dar “terra para aquele que nela trabalha e dela precisa para viver”.

A falta desta terra gera sofrimento e miséria, expressado muito bem no exemplo de Ronda Alta.

Infelizmente o Governo e órgãos competentes não vêem o problema e muitas vezes se faz de surdo no “grito dos sem terra”, para defender interesses obscuros ou de grandes grupos que querem se apoderar da terra e explorar o trabalhador rural. Quando não massacram estes movimentos dos trabalhadores com falsas promessas, procuram desorganizar e intimidar o agricultor sem terra, com forças policiais e repressão.

Da experiência de Itaipu, ficou claro que os projetos governamentais de hidrelétricas e outras obras semelhantes, não consideram o povo e sua necessidade básica.

Assim sendo, é necessário que o povo, formando pequenos grupos, se organize na defesa de seus direitos.

A desapropriação da terra por parte da Itaipu, foi feita sempre abaixo do preço real das terras na região. Alguns poucos recebiam um alto valor por suas propriedades, para assim enfraquecerem o próprio movimento dos lavradores. Por outro lado, a maioria entendeu que só através da organização, da mo-

bilização e da pressão, quer dizer, não ficando em casa, mas unidos partindo para a luta é que se conseguiria a justiça necessária.

Foi assim que o MOVIMENTO JUSTIÇA E TERRA conseguiu preços mais dignos e reassentamentos a novas terras no próprio Estado do Paraná. Lembramos o lema do movimento: “AGRICULTOR UNIDO E ORGANIZADO JAMAIS SERÁ VENCIDO”.

O MASTRO surgiu para levar o grito das reivindicações daqueles que não têm terra. Os agricultores, através das mobilizações anteriores, já determinaram as principais reivindicações do movimento, que na Assembléia de hoje foram confirmadas:

— TERRA NO PARANÁ;

— TERRA SÓ PARA QUEM NELA TRABALHA E DELA PRECISA PARA VIVER;

— EXTINÇÃO DO MÓDULO MÍNIMO, que só favorece o latifundiário;

— CRIAÇÃO DO MÓDULO MÁXIMO, que fixe um limite para as grandes propriedades;

— CRÉDITO FUNDIÁRIO, que favoreça o pequeno agricultor e não beneficie latifundiários de grandes empresas na aquisição das pequenas propriedades rurais.

Na assembléia de hoje, foram ainda aprovadas as seguintes reivindicações:

— um pedaço de terra para o assalariado rural poder plantar verduras e hortaliças;

— fiscalização das grandes fazendas improdutivas para encaminhar sua desapropriação para fins de reforma agrária,

— proibir os incentivos e benefícios fiscais que facilitam a aquisição de terra por aqueles que não são agricultores;

— crédito fundiário com pelo menos três anos de carência e doze anos de amortização e com juros mínimos;

— que nenhum proprietário de módulo máximo, ou área equivalente hoje, tenha direito de comprar mais terras em nome da esposa ou filhos menores;

— melhoria da assistência médica;

— aposentadoria aos 50 anos para homens e mulheres;

— preço mínimo justo;

— financiamento de casa própria ao lavrador;

— reconhecimento do agricultor como trabalhador profissionalizado;

— medidas urgentes e rigorosas para acabar com pistoleiros e mandantes.

Foram aprovadas ainda as seguintes decisões, como medidas a serem tomadas pelo MASTRO, para que as autoridades atendam nossas reivindicações:

— fortalecer o MASTRO através da participação de todos os sindicatos da região;

— expandir o Movimento dos Sem Terra para outras regiões do Paraná e do Brasil;

— enviar uma Comissão do MASTRO urgente para negociar com o Governo Federal e Estadual;

— procurar fortalecer a solidariedade entre os trabalhadores sem terra e os pequenos agricultores que ainda têm terra;

— conscientizar os agricultores que têm terra a não vendê-la,

— procurar o apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná — FETAEP;

— pedir o apoio dos políticos às reivindicações do MASTRO e não votar em quem não se comprometer com esse apoio; e,

— cobrar de quem se compromete, depois das eleições.

Considerando o acima exposto, nós agricultores reunidos nesta assembléia, concedemos o prazo de dois meses (60 dias), a partir desta data, para que as autoridades afetas ao problema apresentem propostas de solução para as nossas reivin-

dicações, marcaremos nova assembléia e através dela buscaremos, nós mesmos, encontrar soluções que julgamos justas.

Neste sentido, nesta assembléia, já foram dadas sugestões que devem ser aprofundadas nos grupos e decididas na próxima assembléia. Entre essas sugestões estão: acampamento defronte ao INCRA em Cascavel; acampamento defronte ao Palácio do Governo; não pagar mais impostos, dentro de um ou dois anos ocupar áreas de terras de fazendas improdutivas ou devolutas do Paraná.

Lembramos que o trabalhador sem terra não é vagabundo, mas é vítima de leis e estruturas injustas que o exploram e o forçam a ficar sem terra. O agricultor sem terra quer trabalhar e produzir alimento para si, sua família e riqueza para a Nação.

Medianeira(PR), em 25 de maio de 1982.

Dia do Trabalhador Rural
pelo Movimento dos Agricultores sem Terra do Oeste do Paraná

(aa) JANDIR BASSO
ARNALDO CONZATI
ANTÔNIO LUIZ DE SOUZA
MARCELO BARTH

pelas Entidades que apóiam o Movimento:

MIGUEL ISLOAR SÁVIO — STR de São Miguel do Iguaçu
LEVINO PREIS — STR de Medianeira

LEONILDO BRUSTOLIN — Comissão de Pastoral da Terra
Pe. ADRIANO VAN DE VEN — P/Diocese de Foz do Iguaçu
P. OTTO HOELLER — p/Igreja Evangélica de Confissão
Luterana no Brasil"

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como o nosso tempo é escasso, peço a Vossa Excelência a transcrição integral do Documento "GRITOS DOS SEM TERRA", porque eu não poderia, em hipótese alguma, Sr. Presidente, deixar de fazer o comparativo entre a festa colorida oficial e o "GRITOS DOS SEM TERRA" que tivemos, desta feita, como palco, a própria Igreja Matriz de Medianeira.

São duas facetas do Estado do Paraná que, na verdade, representam os dois Brasis, o Brasil oficial que diz que, pela propaganda do Governo encontrou o caminho, e esse outro Brasil, da realidade, o Brasil em preto e branco, da injustiça social, dos desequilíbrios, enfim, um País que, agora, existem candidatos a Governo do Estado como o do Paraná, pelo PDS, que diz: "eu assumo neste momento um compromisso com o Paraná. Vamos titular 100.000 propriedades rurais, em quatro anos, beneficiando diretamente cerca de 500.000 agricultores.

E fica a pergunta, Sr. Presidente: tiveram 18 anos para assim proceder, tiveram 18 anos, os maiores instrumentos da história deste País, agrupados nas mãos de um único Poder, tiveram tudo, a ninguém temiam, a todos poderiam cassar, jogar na prisão, prendendo padres, prendendo políticos, expulsando, deste País, defensores da Reforma Agrária. Tudo podiam e tudo deviam ter feito, mas ficaram só no "podiam".

E agora, na "festa colorida" prometem que para os próximos quatro anos pretenderão titular 100 mil propriedades no Paraná.

Que demagogia, que engano, mas nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ficamos com a festa em "preto e branco" de Medianeira; mais de quatro mil agricultores "sem terra" e de "pouca terra" que elaboraram esse documento: "O GRITO DOS SEM TERRA" e que dão prazo de 60 dias para que o Governo possa responder às suas reivindicações e se não houver a resposta, pretende acampar defronte ao Palácio Iguaçu e de frente à sede do INCRA na Região Oeste do Paraná.

Não somos nós, Sr. Presidente, que estamos agitando, porque os políticos nem falaram, mas amanhã acusarão os padres e os pastores, como bem há pouco fez aqui o Deputado Gernote Kirinus, relembrando a prisão de pastores lá no Noroeste do Brasil.

Mas ficaremos, Sr. Presidente, com o Paraná em "preto e

branco" que necessita de um governo responsável, voltado para os interesses populares, porque nós também queremos ter na voz daquele sem voz, e "O grito dos sem terra" seja ouvido.

Pedimos a transcrição na íntegra do documento apresentado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso do seu horário.

Tendo declinado, consulta à Liderança do PDS se deseja usar o seu horário. — Declina.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação ao Projeto de Lei nº 52/82, constante da Ordem do Dia de hoje. — **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

De conformidade com o requerimento de preferência de discussão e votação acima aprovado:

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita do Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

Responderam à chamada nominal, 30 Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberação.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 52/82, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que dá nova denominação ao Município de Altamira, passando a denominar-se ALTAMIRA DO PARANÁ. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 46/81, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que dispõe sobre a concessão de remissão de débitos de funcionários da Coordenação da Receita do Estado. Parecer Favorável da C.C.J. e C.F., por maioria. Em regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela Ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá à verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

Nenhum Sr. Deputado aprova; 18 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 31, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 46/81.

EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 172/81.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 100/81 e do Projeto de Lei Complementar nº 156/81.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 30/82 e do Projeto de Resolução nº 03/82.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 33/82.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei 133, 137 e 143/81, 06 e 42/82 e dos projetos de Resolução nos. 06, 10 e 37/82.

Levanta-se a Sessão.

**4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA
ATA DA 7.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 1982
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Ezequias Losso e Tadeu Lúcio Machado.

Às dezessete horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não havendo expediente a ser lido, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 144/81, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor "EGAS PENTEADO IZIQUE". — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 144/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor EGAS PENTEADO IZIQUE.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

RENATO BERNARDI

Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 163/81, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná a Dom BASÍLIO EFRAIM KREVEY. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 163/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná a DOM BASÍLIO EFRAIM KREVEY.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente.

RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 15/82, que declara de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA CAPA DOS POBRES", com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 15/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO ESPÍRITA CAPA DOS POBRES, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 16/82, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES ESTADUAIS DE GOIO-ERÊ", com sede e foro na cidade de Goio-Erê. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 16/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES ESTADUAIS DE GOIO-ERÊ - APEG, com sede e foro na cidade de Goio-Erê.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 25/82, que estabelece nos mesmos percentuais fixados pela previdência social federal, a contribuição do funcionário aposentado ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 25/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — A contribuição do funcionário aposentado ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Esta-

do - IPE, fica estabelecida nos mesmos percentuais fixados pela previdência social federal, e se destina ao custeio da assistência médica.

Parágrafo único — Os percentuais de que trata este artigo acompanharão as futuras alterações introduzidas pela previdência social federal.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 31/82, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 31/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.